

RAZÕES DE VETO nº 002/2011
Ao Projeto Legislativo de Lei nº 002/2011

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 2º, do art. 56, da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 002/2011 que dispõe e estabelece o acompanhamento e fiscalização pela Câmara Municipal da aquisição de medicamentos e equipamentos hospitalares a serem usados e distribuídos à população nas Unidades de Saúde, pela Prefeitura Municipal e adota outras providências.

O veto faz-se imperioso tendo em vista que o Projeto de Lei afronta a autonomia do Poder Executivo, na medida em que determina procedimentos prévios para o desenvolvimento das atividades precípuas do Executivo.

Vejamos:

A Constituição Federal preconiza em seu art. 2º que:

“São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

A separação dos poderes é tão importante para a manutenção do Estado que a Constituição erigiu à categoria de cláusula pétrea nos termos do § 4º do Art. 60, não sendo, portanto, passível de alteração sequer por emenda Constitucional.

Em consonância com a Constituição a Lei Orgânica do Município de Campo Magro dispõe:

Art. 9º O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.

A independência entre os Poderes significa que cada qual exercerá sua competência constitucionalmente estabelecida, ou seja, os poderes devem deliberar e agir em esferas determinadas, não reconhecendo um superior entre si, porém ao mesmo tempo **harmônicos**, que se entendem, que se auxiliam e colaboram para um mesmo fim.

Como ensina Marçal Justen Filho, “Toda a doutrina tem dificuldade para explicar o conteúdo material da função atribuída preponderantemente ao Poder Executivo.”¹

¹ Justen Filho, Marçal. Curso de direito administrativo – 4ªed. – São Paulo: Saraiva, 2009, p.36

Marçal ainda citando o doutrinador Agustín Gordillo diz que “a função administrativa compreendia as competências estatais que não se enquadrassem no conceito de jurisdição e de legislação.”

Em síntese compete ao Poder Executivo administrar, pensando na função administrativa sob vários aspectos, mas com o objetivo de satisfazer os interesses essenciais da coletividade e compete ao Poder Legislativo fiscalizar aquele, além de editar leis.

É certo que a administração não é autônoma pois se submete à legalidade e a uma série de controles reservados Constitucionalmente ao Poder Legislativo, bem como ao Tribunal de Contas. Além disso, os atos administrativos podem ser revistos pelo Poder Judiciário.

De outro vértice, ensina Marçal que “não existe em nosso sistema um regime de reserva de atividade administrativa, expressão que indica a existência de limites à disciplina legislativa e a vedação à intromissão do Legislativo em certos temas administrativos.”²

Neste compasso temos que o projeto de lei ora vetado cria novos procedimentos para o exercício da função administrativa, o que certifica sua inconstitucionalidade.

Ao determinar que os projetos que versem sobre a compra de medicamento e equipamento hospitalar deverá conter a lista de medicamentos, marca, preço, dentre outras exigências, demonstra além da interferência do Poder Legislativo sobre a atividade precípua do Poder Executivo, desconhecimento no funcionamento da própria administração.

Primeiro, porque o Executivo não precisa pedir autorização para comprar remédios ou equipamentos, tais previsões constam do conjunto de leis orçamentárias.

Segundo, se por algum motivo for preciso adequar o orçamento municipal de forma que necessite de autorização legislativa para abertura de créditos adicionais sejam eles suplementares ou especiais, a Prefeitura não poderia indicar marca ou formas de escolha do fornecedor, muito menos nome da Empresa vencedora, como prevê o projeto, simplesmente por que em observância a legislação vigente **NÃO PODEMOS REALIZAR A COMPRA, OU SEJA, INICIAR O PROCESSO LICITATÓRIO SEM A INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, nos termos do art. 14 da Lei de Licitações:

Art. 14 Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Quanto a determinação de que a Câmara deverá ser informada quando os medicamentos ou equipamentos chegarem para que os vereadores façam a conferência dos lotes recebidos novamente extrapola o poder de fiscalização do Legislativo, posto que fiscalizar significa: “vigiar, examinar, verificar,

² Op. Cit. P. 40

significa a vigilância constante sobre determinada atividade que tenha seu procedimento regulado por lei específica".³

É prerrogativa dos senhores edis fiscalizar os depósitos, os processos licitatórios e efetiva entrega dos medicamentos, conferir até a validade dos medicamentos, todavia não no momento da entrega, tampouco condicionando a realização da atividade da Administração Pública à presença de vereadores.

Comprar, receber e efetuar o pagamento de suas aquisições é função do Poder Executivo, conforme preceitua a Lei Orgânica:

Art. 69 Compete privativamente ao Prefeito:

...

II- exercer a direção superior da Administração Pública Municipal;

...

VIII – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;

Quanto a determinação de que o descumprimento daquela "lei" importará em crime de responsabilidade do Prefeito, Secretários e vereadores, cumpre esclarecer aos senhores vereadores que crimes de responsabilidade são infrações político-administrativas cujas sanções importam em vacância do cargo, ou seja, na saída do agente do cargo e sua inabilitação por certo período de tempo para o exercício de funções públicas.

Note-se que são preceitos de mais de um ramo do direito, portanto estas infrações estão sujeitas a penalidades civis, penais e administrativas e, até mesmo, políticas.


Desta forma, a competência para legislar sobre crime de responsabilidade é **privativa da União, nos termos do art. 22 da Constituição Federal**.

Pelo exposto, Senhor Presidente, essa são as razões que me levaram a vetar INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 002/2011, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Vereadores.

Campo Magro, 11 de maio de 2011.


José Antonio Pase
Prefeito Municipal

Rejeitado em Única Discussão
Por 6 votos contrários ao veto
Sala das Sessões 04/06/11


Presidente
03 votos favoráveis ao veto
Srs. Celso, Rone e Sueli

³ <http://www.dicionarioinformal.com.br/definicao.php?palavra=fiscaliza%E7%E3o&id=1060>